

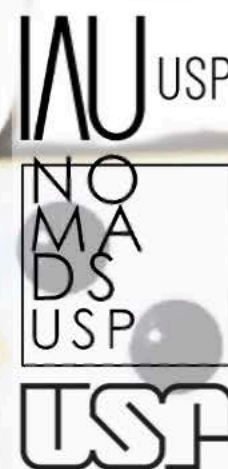
# **W!RUS**

**30**

**DIÁLOGOS  
MULTILATERAIS  
PRÁXIS  
INTERLOCUÇÕES  
CONFRONTAÇÕES**

**PORTUGUÊS-ESPAÑOL | ENGLISH  
REVISTA . JOURNAL  
ISSN 2175-974X  
CC-BY-NC-AS**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
NOMADS.USP HABITARES INTERATIVOS  
[HTTPS://REVISTAS.USP.BR/VIRUS](https://revistas.usp.br/virus)  
DEZEMBRO 2025**



# DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES

## EDITORIAL

- 001 DIÁLOGOS MULTILATERAIS: PRÁXIS, INTERLOCUÇÕES E CONFRONTAÇÕES  
MULTILATERAL DIALOGUES: PRAXIS, INTERLOCUTIONS, AND CONFRONTATIONS  
DIÁLOGOS MULTILATERALES: PRAXIS, INTERLOCUCIONES Y CONFRONTACIONES  
MARCELO TRAMONTANO, JULIANO PITA, PEDRO TEIXEIRA, LUCAS DE CHICO, ESTER GOMES, JOÃO PEREIRA, AMANDA SOARES

## ENTREVISTA

- 005 O POVO NEGRO E UM DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINHENTOS ANOS  
BLACK PEOPLE AND A FIVE-HUNDRED-YEAR SILENCED DIALOGUE  
EL PUEBLO NEGRO Y UN DIÁLOGO SILENCIADO DE QUINIENTOS AÑOS  
CASIMIRO LUMBUNDANGA, MARCELO TRAMONTANO

## ÁGORA

- 014 SOBERANIA E TECNODIVERSIDADE  
SOVEREIGNTY AND TECHNODIVERSITY  
SERGIO AMADEU DA SILVEIRA
- 024 CIDADES PARA QUEM? VIDA URBANA E CORPOS VULNERÁVEIS  
CITIES FOR WHOM? URBAN LIFE AND VULNERABLE BODIES  
ETHEL PINHEIRO, JACQUELINE KLOPP
- 042 PORTO, ENTRE DUAS PONTES: IMAGENS DE UM ESPAÇO EM TENSÃO  
PORTO BETWEEN TWO BRIDGES: IMAGES OF A SPACE IN TENSION  
JORDAN FRASER EMERY
- 063 AUTORIA DESCONHECIDA  
AUTHOR UNKNOWN  
MARTA BOGÉA, MARIANA VETRONE
- 082 CASO-EXPERIÊNCIA: DESAFIOS METODOLÓGICOS NA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA  
CASE-EXPERIENCE: METHODOLOGICAL CHALLENGES IN THE CONTEMPORARY METROPOLIS  
YURI PAES DA COSTA, EDUARDO LIMA, CARLOS MAGALHÃES DE LIMA
- 097 A PRODUÇÃO ESTATAL DO RISCO: HABITAÇÃO SOCIAL E VULNERABILIDADE A DESASTRES  
STATE-PRODUCED RISK: SOCIAL HOUSING AND DISASTER VULNERABILITY  
CATHARINA SALVADOR, THAMINE AYOUB, MILENA KANASHIRO

- 114 FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM CONTEXTOS DE ECONOMIA COMPARTILHADA  
HOUSING FINANCIALIZATION IN SHARING ECONOMY CONTEXTS  
VINICIUS BARROS, ÉRICO MASIERO
- 128 HABITAR O COMUM: A POÉTICA URBANA EM LEFEBVRE E NA TEORIA DO COMUM  
INHABITING THE COMMON: URBAN POETICS IN LEFEBVRE AND IN THE THEORY OF THE COMMONS  
CAROLINA AKEMI NAKAHARA
- 142 PRIVATIZAÇÃO DOS PARQUES URBANOS E A PRODUÇÃO NEOLIBERAL DO ESPAÇO  
URBAN PARKS PRIVATIZATION AND THE NEOLIBERAL PRODUCTION OF SPACE  
ISABELLA SOARES, CLARICE DE OLIVEIRA
- 156 TOPOLOGIAS DO CUIDADO: DA CLAREIRA AO PARQUE EM PETER SLOTERDIJK  
TOPOLOGIES OF CARE: FROM THE CLEARING TO THE PARK IN PETER SLOTERDIJK  
BRÁULIO RODRIGUES
- 167 O DES-RE-HABITAR NO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MACEIÓ-AL  
THE DIS-RE-INHABITING IN THE SOCIO-ENVIRONMENTAL DISASTER IN MACEIÓ-AL  
WANDERSON BARBOSA, TAMYRES OLIVEIRA, ROSELINE OLIVEIRA
- 186 SOLOS URBANOS E AGRICULTURA ORGÂNICA: CONSERVAÇÃO E RESILIÊNCIA  
URBAN SOILS AND ORGANIC FARMING: CONSERVATION AND RESILIENCE  
LUCAS LENIN DE ASSIS
- 199 EDUCAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL COMO CONTRIBUIÇÃO SOCIAL  
URBAN AND ENVIRONMENTAL EDUCATION AS A SOCIAL CONTRIBUTION  
LUIZA HELENA FERRARO, MARIANA PEREIRA, GISELLE ARTEIRO AZEVEDO
- 214 A PLURALIDADE EPISTÊMICA DO TERRITÓRIO NA CRÍTICA AO URBANOCENTRISMO  
THE EPISTEMIC PLURALITY OF TERRITORY IN THE CRITIQUE OF URBAN-CENTRISM  
ANGELA ELIAS DE SOUZA, CAIO GOMES DE AGUIAR
- 230 DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE  
DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY  
MARINA BORGES
- 241 INFÂNCIAS NA CIDADE: TENSÕES, DIREITOS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO  
CHILDHOODS IN THE CITY: TENSIONS, RIGHTS, AND INCLUSION PRACTICES  
SAMANTHA PEDROSA, ELIANE PEREIRA
- 255 FRAGMENTOS DO RIO NO XIX: A MISERICÓRDIA E SEUS LOGRADOUROS  
FRAGMENTS OF 19TH-CENTURY RIO: MISERICÓRDIA AND ITS THOROUGHFARES  
LETÍCIA CAMPANHA PIRES
- 266 A LINHA VERDE DE FRANCIS ALÿS: IMPERIALISMO E OS LIMITES DO SUL GLOBAL  
FRANCIS ALÿS' GREEN LINE: IMPERIALISM AND THE LIMITS OF THE GLOBAL SOUTH  
YURI TARACIUK
- 279 RACIONAIS MC'S: A CONSTITUIÇÃO DO NEGRO DRAMA COMO SUJEITO DE RESISTÊNCIA  
RACIONAIS MC'S: THE CONSTITUTION OF NEGRO DRAMA AS A SUBJECT OF RESISTANCE  
CEZAR PRADO
- 290 TECNOLOGIA VERNACULAR DAS MULHERES GUARANI MBYA E PATRIMÔNIO CULTURAL BIODIVERSO  
FEMALE GUARANI MBYA VERNACULAR TECHNOLOGY AND BIODIVERSE CULTURAL HERITAGE  
ANA LUIZA CARVALHO, DINAH DE GUIMARAENS

- 305 CORPOS DANÇANTES, ARQUITETURAS DO AXÉ: RITUAIS DE LAVAGEM EM PENEDO-AL  
DANCING BODIES, AXÉ ARCHITECTURES: WASHING RITUALS IN PENEDO-AL  
MARIA HEDUARDA VASCONCELOS, MARIA ANGÉLICA DA SILVA
- 319 O RETRATO ALÉM DO CÂNONE EUROPEU: REINVENÇÕES NA ARTE LATINO-CARIBENHA  
THE PORTRAIT BEYOND THE EUROPEAN CANON: REINVENTIONS IN LATIN-CARIBBEAN ART  
JOÃO PAULO DE FREITAS
- 329 A EXPOSIÇÃO REPASSOS E O MODERNO INTERESSE PELO POPULAR  
THE REPASSOS EXHIBITION AND THE MODERN INTEREST IN THE POPULAR  
ARIEL LAZZARIN, CARLOS MARTINS
- 352 DESAFIOS DIGITAIS EM ARQUITETURA E URBANISMO: VIDEOGAMES E PRAXIS PEDAGÓGICA  
DIGITAL CHALLENGES IN ARCHITECTURE AND URBANISM: VIDEO GAMES AND PEDAGOGICAL PRAXIS  
THIAGO RANGEL, ALINE CALAZANS MARQUES
- 370 DO OLHAR COLONIAL À VISUALIDADE DIGITAL: PAISAGEM, PODER E COLAPSO  
FROM COLONIAL GAZE TO DIGITAL VISUALITY: LANDSCAPE, POWER, AND COLLAPSE  
JAQUELINE CUNHA
- 383 ONTEM, O SEU FUTURO: A CIDADE EM QUE HOJE ME ENCONTRO  
YESTERDAY, YOUR FUTURE: THE CITY WHERE I AM TODAY  
SAMIRA PROÉZA

## PROJETO

- 401 ENTRE IMAGENS E OBJETOS COMUNICÁVEIS: ESPAÇO EXPOSITIVO COMO MEDIAÇÃO CULTURAL  
BETWEEN IMAGES AND COMMUNICABLE OBJECTS: EXHIBITION SPACE AS CULTURAL MEDIATION  
ANA ELÍSIA DA COSTA, DANIELA CIDADE
- 417 ENSINO E EXTENSÃO: MELHORIAS HABITACIONAIS NO BAIRRO PEQUIS  
TEACHING AND OUTREACH: HOUSING IMPROVEMENTS IN THE PEQUIS NEIGHBORHOOD  
ROSSANA LIMA, NÁDIA LEITE, RITA DE CÁSSIA SARAMAGO, SIMONE VILLA

ÁGORA  
AGORA

**DADOS, GOVERNANÇA E OPACIDADE: POR UM DIREITO INFORMACIONAL À CIDADE**  
**DATA, GOVERNANCE, AND OPACITY: TOWARD AN INFORMATIONAL RIGHT TO THE CITY**  
**MARINA BORGES**

Marina Ferreira Borges é Arquiteta e Doutora em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC Minas e Investigadora Principal do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal. Seu enfoque de pesquisa está na investigação sobre processos digitais de projeto arquitetônico e planejamento urbano com o uso de ferramentas computacionais emergentes.  
marinafborges@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6910873135038220>

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE AGOSTO DE 2025

Borges, M. (2025). Dados, governança e opacidade: por um direito informacional à cidade. *VIRUS*, (30). Diálogos multilaterais: práxis, interlocuções e confrontações. 225-235  
<https://doi.org/10.11606/2175-974x.virus.v30.236696>

## Resumo

Este ensaio propõe uma reflexão teórico-conceitual sobre o direito informacional à cidade, entendido como extensão contemporânea do pensamento de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade. Parte-se das transformações urbanas mediadas por infraestruturas digitais e sistemas de informação geoespacial, tomando o BHMaps, plataforma pública de dados territoriais de Belo Horizonte, como exemplo das tensões entre transparência, controle e apropriação cidadã da informação urbana. A análise baseia-se na experiência institucional da autora<sup>1</sup> na Secretaria de Política Urbana (2015–2024), período marcado pela consolidação de plataformas SIG e pela transição digital da gestão pública. Essa vivência confere à reflexão uma perspectiva situada sobre as relações entre transparência, poder e curadoria informacional. O texto articula contribuições da teoria crítica urbana, da cartografia crítica e dos estudos sobre urbanização digital, defendendo que o direito informacional à cidade envolve não apenas o acesso, mas a capacidade coletiva de produzir, interpretar e disputar o espaço informacional, em diálogo com uma práxis voltada à democratização do conhecimento territorial. Ao reconhecer as confrontações que atravessam a produção e o uso das plataformas digitais, o ensaio propõe repensar essas infraestruturas como comuns urbanos digitais, orientados pela justiça informacional e pela governança colaborativa.

**Palavras-chave:** Direito à Cidade, Justiça Informacional, Inclusão Digital, Governança Urbana, Cartografia Crítica.

## 1 Introdução

A urbanização contemporânea está profundamente marcada pela presença de tecnologias digitais que, ao mesmo tempo em que reorganizam a produção e a experiência do espaço urbano, introduzem novas dimensões às dinâmicas de governança. A promessa de transparência e democratização informacional que acompanha essas tecnologias, entretanto, convive com formas renovadas de centralização, opacidade e exclusão. O presente ensaio parte desse paradoxo: a coexistência entre o potencial emancipador das plataformas digitais e as barreiras estruturais que limitam sua apropriação cidadã. Propõe-se discutir o direito informacional à cidade como desdobramento do direito à cidade formulado por Lefebvre (1968, 1974), considerando os processos de digitalização da gestão urbana e as infraestruturas de dados. Lefebvre concebeu esse direito como a possibilidade de reapropriação do espaço urbano pelos habitantes, em oposição às lógicas fragmentadoras do capital. A proposta aqui é explorar como esse direito pode ser pensado hoje, à luz da crescente mediação digital da vida urbana. Como aponta Neil Brenner (2009, 2014), a teoria crítica urbana exige constante atualização frente às transformações socioespaciais promovidas pelo neoliberalismo e pelas tecnologias emergentes, o que inclui considerar a infraestrutura informacional como elemento central na produção do urbano.

O conceito, inspirado em Shaw e Graham (2017), questiona quem tem o poder de produzir, organizar e interpretar as informações que configuram o território urbano. Se, para Lefebvre, o direito à cidade implicava participar da produção social do espaço, o direito informacional à cidade estende essa reivindicação ao campo digital: trata-se de participar da produção social da informação urbana, compreendida como nova camada constitutiva do urbano. A reflexão aqui desenvolvida é conceitual e crítica. O BHMaps, plataforma pública de geoinformação da Prefeitura de Belo Horizonte, é tomado como referência ilustrativa de processos mais amplos que caracterizam a gestão tecnocrática do espaço informacional nas cidades brasileiras. O ensaio não pretende oferecer resultados empíricos, mas elaborações teóricas informadas pela experiência institucional da autora e pela literatura sobre urbanização digital, cartografia crítica e justiça socioespacial.

Esta posição situada permite compreender como a informação territorial se torna campo de disputa política, em que o acesso público não implica necessariamente apropriação democrática. O objetivo central é propor um quadro conceitual para o direito

---

<sup>1</sup> A autora é arquiteta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte desde 2015, atuando na Secretaria Municipal de Política Urbana, na Subsecretaria de Regulação Urbana, tendo exercido funções na Diretoria de Edificações (DLCE), na Diretoria de Parcelamento do Solo (DLCP) e na Diretoria de Cadastro e Informação Urbanística (DCIU). Atuou também como assessora técnica do Gabinete da Subsecretaria de Regulação Urbana. Entre 2017 e 2019 foi membro da Comissão de Diretrizes para Parcelamento do Solo, responsável pela elaboração de diretrizes para empreendimentos de impacto ambiental e urbanístico.

informacional à cidade, explorando suas dimensões políticas, epistemológicas e urbanas. Argumenta-se que plataformas públicas de dados como o BHMaps só poderão operar como instrumentos de democratização quando forem apropriadas como comuns informacionais urbanos, sustentadas por práticas de governança participativa.

A reflexão sobre o direito informacional à cidade insere-se nas dinâmicas contemporâneas de mediação entre técnica, política e vida urbana, nas quais diferentes racionalidades se entrelaçam e se confrontam. A digitalização das infraestruturas urbanas revela tanto novas possibilidades de interlocução entre saberes quanto assimetrias que limitam a participação cidadã na produção do espaço informacional. Pensar o BHMaps nesse contexto significa reconhecer o potencial e os impasses de uma práxis informacional que busca traduzir o urbano em dados, mas que também pode abrir brechas para o diálogo e para a reinvenção coletiva das formas de conhecer e governar a cidade.

## **2 Percurso analítico**

O presente texto não segue o formato de um estudo de caso, mas de um ensaio teórico-crítico que combina fundamentos conceituais com observações empíricas indiretas, tomadas como exemplos ilustrativos de dinâmicas sociotécnicas mais amplas. A análise parte da tradição da teoria crítica urbana (Lefebvre, 1968; Brenner, 2009; Swyngedouw, 2011) e do campo emergente dos estudos sobre urbanização digital (Kitchin & Dodge, 2011; Luque-Ayala, 2020; Batty, 2024; Shaw & Graham, 2017), articulando-os com contribuições da cartografia crítica (Wood, 1992; Crampton, 2010), dos Sistemas de Informação Geográfica participativos (Elwood, 2006; Wilson, 2017) e das discussões contemporâneas sobre comuns urbanos (Harvey, 2012; Stavrides, 2016; Tonucci Filho & Cruz, 2023).

Do ponto de vista epistemológico, o ensaio adota uma perspectiva dialética: compreende as infraestruturas informacionais como expressões materiais e simbólicas de relações de poder, que produzem e ocultam desigualdades. Em vez de observar o BHMaps empiricamente, o texto propõe lê-lo conceitualmente, como signo de uma racionalidade tecnocrática estatal e, simultaneamente, como potencial campo de resistência informacional.

A autora escreve a partir de um lugar de prática: a experiência técnica na administração pública municipal, em processos de planejamento e gestão territorial. Essa vivência fornece uma forte percepção às camadas invisíveis da informação urbana, aquelas que não são públicas, que são filtradas por critérios políticos ou que não são consideradas desejáveis de serem produzidas. Sem revelar dados institucionais restritos, essa posição permite problematizar a curadoria informacional como prática política e epistemológica: decidir o que mapear, omitir e tornar legível é também um ato de governo. O exercício de trabalhar dentro da própria estrutura estatal que se analisa revelou não só contradições, mas também dilemas cotidianos sobre o que significa produzir informação pública em um contexto de racionalidade tecnocrática.

Desta forma, o percurso analítico que orienta este ensaio articula-se em quatro movimentos complementares. O primeiro consiste em retomar as bases teóricas do direito à cidade, formuladas por Lefebvre e reinterpretadas por autores contemporâneos, para situar a discussão sobre a produção do espaço em seu desdobramento digital. Em seguida, busca-se discutir a produção informacional do espaço urbano, explorando as lógicas da chamada “cidade computável” (Batty, 2024) e os modos como os sistemas de informação territorial configuram novas formas de mediação entre governo, técnica e cidadania. O terceiro movimento propõe interpretar o BHMaps como referência paradigmática de infraestrutura informacional pública. Por fim, o ensaio reflete sobre as possibilidades de reapropriação cidadã e de construção dos comuns digitais urbanos, entendidos como expressões de uma política de compartilhamento e democratização do saber territorial. Trata-se, portanto, de uma reflexão situada, voltada a problematizar as relações entre acesso e apropriação, transparência e poder.

## **3 Do direito à cidade ao direito informacional à cidade**

O conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre (1968, 1974), permanece um dos pilares da teoria crítica urbana. Para Lefebvre, o espaço urbano é uma obra coletiva, resultado de relações sociais que se expressam no território. O direito à cidade é o direito à apropriação e à participação na produção do espaço urbano, não apenas o direito de acesso à cidade existente, mas o direito de reinventá-la, de participar de sua produção simbólica, social e material.

No contexto contemporâneo, esse princípio ganha novas camadas de complexidade. A cidade de hoje é mediada por infraestruturas digitais, sistemas de informação geográfica, plataformas de dados e algoritmos que organizam a vida urbana e produzem novas formas de visibilidade e controle. Essas infraestruturas, longe de neutras, instauram novas formas de governança urbana, definindo o que é visível, mensurável e controlável. Shaw e Graham (2017) ampliam o horizonte lefebvriano ao propor o direito informacional à cidade, reivindicando o acesso, a coprodução e a disputa das infraestruturas digitais como dimensões da cidadania. Assim como o espaço físico, o espaço informacional é socialmente produzido e passível de apropriação e contestação.

Brenner (2014) e Harvey (2012) lembram que o direito à cidade não é apenas de uso, mas de poder e um chamado à repolitização das estruturas urbanas. No contexto digital, isso implica questionar quem governa os fluxos de informação e quem se beneficia do conhecimento produzido. O direito informacional à cidade envolve, portanto, uma crítica à concentração do poder informacional, tal como a teoria lefebvriana criticava o poder urbano. Enquanto Lefebvre denunciava o controle tecnocrático sobre o espaço, hoje é necessário questionar o controle tecnocrático sobre os dados. Como observam Luque-Ayala e Marvin (2020), as infraestruturas digitais configuram novas formas de governança urbana baseadas na captura e no controle da informação.

A partir da experiência institucional da autora, observa-se como a produção e a curadoria dos dados urbanos refletem tensões entre transparência e controle. Camadas de informação são criadas, filtradas ou omitidas conforme interesses administrativos, limitações jurídicas ou estratégias políticas. Essas escolhas, embora técnicas em aparência, configuram atos de poder. Assim, o direito informacional à cidade é entendido como o direito de participar dessas decisões, de coproduzir o visível e disputar o que é reconhecido como dado, abrindo a cidade informacional à imaginação coletiva e tensionando o monopólio técnico do saber urbano.

#### **4 A cidade informacional e o espaço digitalmente mediatizado**

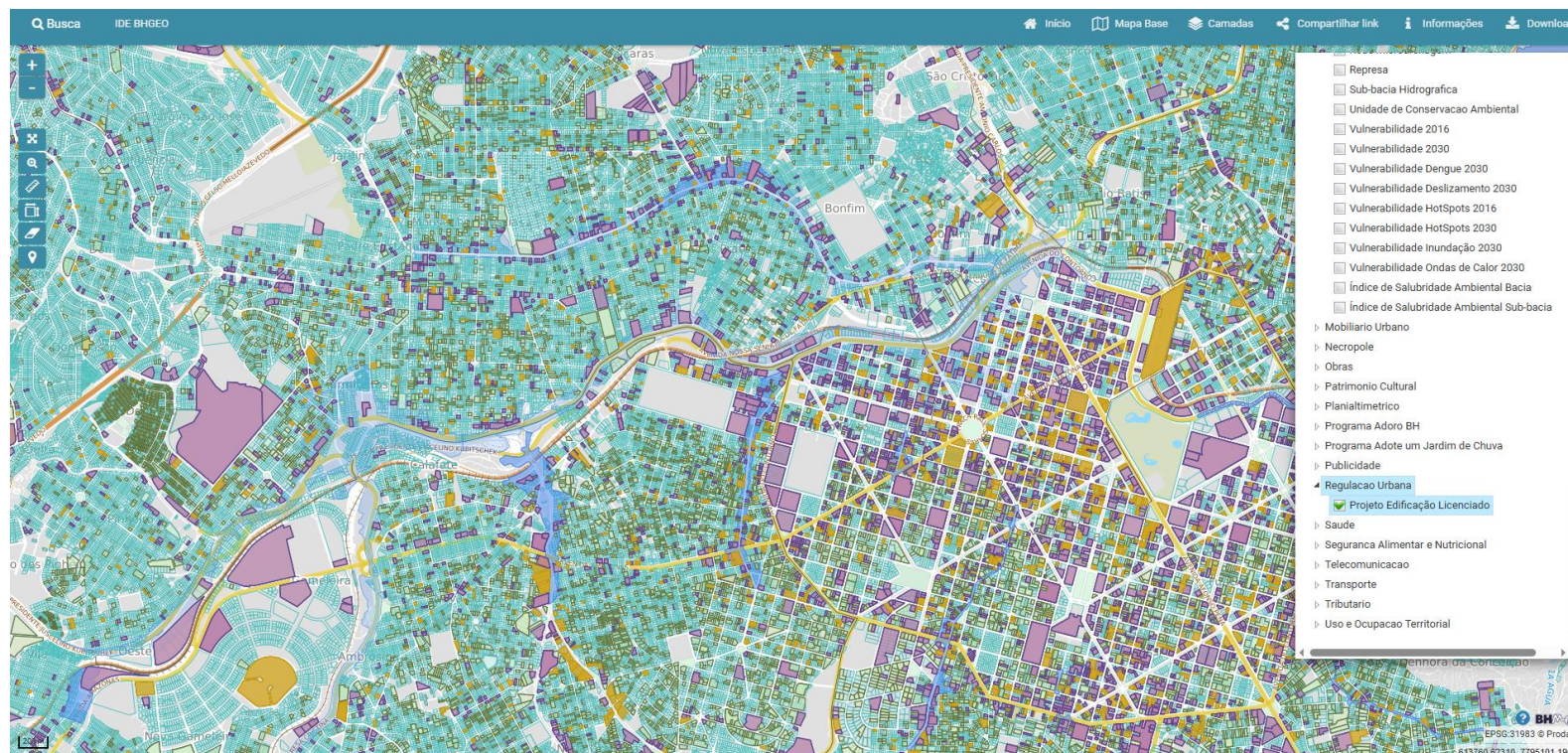
Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação (TICs), o espaço urbano passa a ser mediado por dados, algoritmos e plataformas digitais. Como observam Kitchin e Dodge (2011), a cidade torna-se um espaço “codificado”, um território cuja gestão e percepção se dão por meio de fluxos computacionais. A cidade computável é, portanto, um artefato político: o código não apenas descreve, mas produz o urbano. Essa nova configuração introduz uma dimensão informacional da urbanização que redefine as relações entre governo, técnica e cidadania. O discurso da “cidade inteligente” promete eficiência, sustentabilidade e transparência, mas frequentemente opera segundo uma lógica de controle, centralização e vigilância (Morozov, 2013). Como afirma Mattern (2017), a infraestrutura digital da cidade também é uma infraestrutura ideológica, uma forma de “urbanismo computacional” que naturaliza decisões políticas sob a linguagem da neutralidade técnica.

Nesse cenário, o BHMaps constitui um exemplo paradigmático de plataforma pública de geoinformação, no qual se condensam as promessas e as contradições da digitalização da gestão urbana. Embora concebido como instrumento de transparência e acesso público, o sistema materializa as racionalidades estatais de curadoria informacional, definindo o que se torna visível e o que permanece opaco, o que é reconhecido como dado legítimo e o que é descartado como ruído. Essas escolhas, ainda que técnicas em aparência, configuram o que se pode chamar de uma cartografia do poder informacional.

O BHMaps é a plataforma oficial de geoinformação da Prefeitura de Belo Horizonte, desenvolvida pela Subsecretaria de Modernização da Gestão (SMGO) em colaboração com diferentes órgãos municipais. Trata-se de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) de uso público que centraliza, organiza e disponibiliza dados territoriais sobre o município, orientado às políticas de planejamento urbano, gestão territorial e transparência administrativa. Por meio de uma interface web interativa (Figura 1), a plataforma permite que usuários de perfis diversos tais como técnicos da prefeitura, pesquisadores, profissionais do urbanismo e cidadãos em geral, visualizem, cruzem e exportem informações georreferenciadas. As bases de dados estão organizadas em camadas temáticas combináveis, o que viabiliza análises espaciais complexas. Entre as categorias mais relevantes, destacam-se aquelas relativas à infraestrutura urbana, ao parcelamento do solo, ao uso e ocupação do solo, ao meio ambiente, à topografia e às ortoimagens de alta resolução. A hierarquia entre essas camadas revela uma prioridade institucional voltada à regulação fundiária e à gestão de ativos, em detrimento de dimensões sociais, culturais e afetivas do território. A própria interface cartográfica, quantitativa e normativa traduz a lógica estatal de visibilidade e controle do espaço.

Do ponto de vista técnico, o BHMaps é sustentado por uma infraestrutura moderna de dados espaciais, baseada em bancos geoespaciais corporativos, servidores de mapas (GeoServer e ArcGIS Server) e serviços de interoperabilidade, oferecendo exportações em formatos abertos como Shapefile, KML, GeoJSON e CSV. A plataforma se conecta ainda a outros sistemas municipais tais como licenciamento, cadastro técnico e fiscalização, formando um ecossistema informacional integrado. A alimentação contínua dos dados é realizada pelos técnicos da administração municipal por meio do SisCTM (Sistema de Compartilhamento do Território Municipal), uma ferramenta interna que viabiliza a edição, revisão e validação colaborativa das informações espaciais.

Essa arquitetura técnico-institucional revela a dimensão política da infraestrutura informacional: cada camada de dados é também uma camada de decisão, resultado de negociações, disputas e prioridades que moldam a forma como o território é conhecido e representado. O BHMaps ultrapassa o papel de ferramenta cartográfica: é um dispositivo de governo do território, onde produzir informação é produzir o urbano. A autora, tendo participado diretamente do monitoramento e da produção de dados da plataforma, observou que as disputas internas em torno da visibilidade de determinadas camadas de informação (por exemplo, bens dominiais, diretrizes urbanísticas ou áreas de conflito ambiental) revelam as fronteiras entre o público e o institucional. Essas fronteiras não são apenas técnicas, mas são políticas e epistemológicas.



234

**Fig. 1:** Mapa interativo da cidade de Belo Horizonte extraído de BH Maps. Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte, s.d. <https://bhmap.pbh.gov.br>

A cartografia crítica, como propõem Wood (1992) e Crampton (2010), ensina que todo mapa é um ato de poder. Mapear é decidir o que existe. Nas plataformas digitais urbanas, esse poder estende-se à produção e circulação de dados, aos protocolos de interoperabilidade, às ontologias espaciais e aos padrões de metadados. A neutralidade técnica, nesse contexto, é uma ficção conveniente: cada camada de informação resulta de uma escolha e, portanto, de uma exclusão.

Para compreender mais profundamente o papel da plataforma BHMaps na mediação do espaço urbano digitalizado, recorreremos às cinco perguntas de poder formuladas por Tony Benn, político britânico do Partido Trabalhista, em discurso proferido no Parlamento do Reino Unido em 2001. As perguntas “Que poder você tem?”, “De onde você o obteve?”, “Em benefício de quem o exerce?”, “A quem você é responsável?” e “Como podemos nos livrar de você?” foram concebidas para examinar criticamente as autoridades públicas e privadas, desvelando estruturas invisíveis de poder que moldam a vida coletiva. Nos estudos urbanos críticos, essas questões foram reinterpretadas por autores como Shaw e Graham (2017) para analisar o papel das

infraestruturas digitais, como o Google Maps, na organização do espaço informacional urbano. Inspirando-se nesse gesto, é possível transpor essas perguntas para o contexto do BHMaps, não como metodologia empírica, mas como ferramenta teórico-conceitual que permite revelar as camadas políticas da informação territorial.

Ao perguntar “que poder você tem?”, reconhece-se o poder do BHMaps de organizar e tornar legível o território urbano de Belo Horizonte. O sistema centraliza dados espaciais sobre zoneamento, equipamentos públicos, redes de infraestrutura e meio ambiente, definindo o que é visível, consultável e calculável na cidade. Trata-se de um poder técnico e simbólico: ao estruturar o espaço urbano em camadas organizadas e manipuláveis, a plataforma produz narrativas oficiais do território, silenciando outras leituras possíveis, sobretudo aquelas que emergem das periferias ou de coletivos não institucionalizados.

Perguntar “de onde você obteve esse poder?” implica reconhecer que a autoridade do BHMaps deriva de sua legitimação institucional. Vinculado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à política de dados abertos, o sistema expressa a racionalidade estatal moderna, que combina transparência administrativa e controle técnico. Essa origem pública confere legitimidade, mas também limita sua capacidade crítica, uma vez que os critérios de seleção e curadoria de dados permanecem pouco transparentes e dificilmente contestáveis. A governança da informação, embora descentralize o acesso, mantém centralizado o poder de decisão.

A questão “em benefício de quem você exerce esse poder?” direciona o olhar para as assimetrias de uso e compreensão da plataforma. Embora o BHMaps seja formalmente aberto, é mais acessível a usuários com domínio técnico e letramento cartográfico, como profissionais do planejamento, pesquisadores e consultores. A ausência de interfaces pedagógicas, navegação guiada e tutoriais básicos restringe sua apropriação pela população em geral, agravando desigualdades já existentes. Assim, a exclusão não está no acesso bruto aos dados, mas na capacidade de interpretá-los e utilizá-los criticamente.

Ao indagar “a quem você presta contas?”, evidenciam-se as lacunas de responsabilização pública na governança da plataforma. O BHMaps presta contas formalmente à estrutura técnica da Prefeitura, mas não há canais de participação cidadã capazes de propor novas camadas informacionais, revisar conteúdos ou avaliar a utilidade pública dos dados. O acesso é unidirecional: o cidadão consulta, mas não coproduz a informação. O direito informacional à cidade exige o contrário, isto é, a possibilidade de participar da produção do espaço informacional.

A última pergunta, “como podemos nos livrar de você?”, convida a refletir criticamente sobre como transformar estruturas de poder informacional quando se tornam opacas, excludentes ou limitadoras. Livrar-se, neste contexto, não significa eliminar a plataforma, que representa um avanço institucional, mas resinificá-la como bem comum urbano digital (Tonucci Filho & Cruz, 2023). Isso implicaria democratizar a curadoria de dados, integrar camadas produzidas por comunidades locais e universidades, criar interfaces acessíveis e instituir mecanismos participativos de governança informacional.

Essas cinco dimensões revelam o potencial político e crítico do BHMaps enquanto infraestrutura cognitiva urbana. Mais que um repositório técnico, ele configura um campo de poder simbólico e epistemológico, no qual o direito informacional à cidade ainda permanece em latência. A ausência de disputas explícitas não indica neutralidade, mas a distância entre a plataforma e os sujeitos urbanos que poderia engajar. Nesse sentido, o BHMaps não é hoje um espaço de conflito visível, mas um dispositivo que estabiliza a informação e dificulta sua apropriação coletiva. Politizar suas infraestruturas digitais significa, portanto, reconhecer essa ausência de tensão como sintoma da própria desigualdade informacional: aquilo que não é disputado permanece invisível.

## **5 Desigualdade digital e curadoria informacional**

A promessa de transparência que acompanha o avanço das plataformas digitais frequentemente encobre o fato de que o acesso à informação é estruturalmente desigual. A urbanização digital não elimina as assimetrias sociais; ao contrário, tende a reproduzir e ampliar desigualdades preexistentes. Pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), realizadas pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC.br) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), mostram que o acesso à internet e às competências digitais ainda é profundamente desigual entre regiões, gêneros e classes sociais no Brasil (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br, 2025).

Mesmo em contextos urbanos, a apropriação das plataformas públicas exige letramento técnico, equipamentos adequados e tempo disponível, recursos distribuídos de forma desigual.

O BHMaps, embora represente um avanço no acesso público à informação territorial em Belo Horizonte, revela também a geografia desigual do direito informacional à cidade. Sua apropriação cidadã é condicionada por barreiras materiais e simbólicas que limitam a reapropriação do espaço urbano por grupos historicamente marginalizados. Essas barreiras articulam três dimensões interdependentes de desigualdade: infraestrutura digital, letramento técnico e visibilidade informacional.

O uso de plataformas georreferenciadas exige conectividade estável, equipamentos adequados e familiaridade com linguagens cartográficas, condições ainda desigualmente distribuídas. Assim, o BHMaps tende a favorecer usuários especializados, como técnicos, urbanistas e pesquisadores, reforçando hierarquias entre saberes codificados e saberes locais. Como adverte Lefebvre (1974), o risco é que o espaço urbano se converta em abstração técnica, apagando a multiplicidade e o conflito que definem o espaço vivido.

A desigualdade informacional manifesta-se também nas invisibilidades produzidas pela curadoria de dados. As camadas disponibilizadas refletem prioridades institucionais voltadas à gestão formal do território, omitindo aspectos sensíveis da vida urbana, como moradia informal, práticas culturais ou dinâmicas comunitárias. Essa seleção produz o que Graham e Dittus (2022) chamam de desigualdade geoinformacional, em que certos espaços se tornam hiper representados enquanto outros permanecem opacos, invisíveis tanto para o poder público quanto para seus próprios habitantes. A cidade digital, assim, revela-se apenas parcialmente, filtrada por lógicas técnicas e institucionais que reproduzem desigualdades espaciais por meio da informação. Esse ponto ressoa com a crítica de Brenner (2014) à racionalidade tecnocrática vigente nas políticas urbanas, que tende a priorizar informações compatíveis com modelos de gestão já consolidados, deixando de fora dimensões sociais, afetivas e conflitivas do território.

Durante sua atuação na Secretaria de Política Urbana, a autora vivenciou situações que evidenciaram os limites entre o discurso da transparência e o controle político da informação. Entre elas, destacou-se a tentativa de incluir camadas de diretrizes para processos de licenciamento ambiental já concluídos no sistema de informação territorial, proposta tecnicamente fundamentada e voltada à ampliação da leitura do planejamento do território. O projeto, entretanto, foi vetado pela instância superior sob o argumento da prudência administrativa. O episódio revelou que, mesmo em estruturas comprometidas com a abertura de dados, subsistem zonas de silêncio que definem o que pode ser tornado público. Essa experiência direta demonstrou que mapear é também negociar visibilidades e que, nas cartografias institucionais, o invisível não é ausência, mas resultado de escolhas. Essa dinâmica dialoga com a argumentação de Wilson (2017), que demonstra como os sistemas de informação geográfica, ao se apresentarem como ferramentas técnicas, ocultam decisões políticas que estruturam o modo como o território é visualizado e administrado. Mais do que um impasse técnico, tratou-se de uma aprendizagem sobre o poder difuso que atravessa a curadoria informacional, em que governar é também escolher o que não será mostrado.

Essa vivência sintetiza uma dinâmica recorrente na gestão pública da informação: a produção e manutenção de bancos de dados envolvem decisões complexas e, frequentemente, excludentes. O que se torna público é aquilo que já está tecnicamente consolidado, juridicamente seguro e politicamente aceitável, enquanto zonas de incerteza ou conflito tendem a ser apagadas do campo visível. Essa prática traduz um mecanismo estrutural da racionalidade administrativa, que privilegia a estabilidade da informação em detrimento da complexidade do território. A curadoria informacional, compreendida como o conjunto de práticas que selecionam, validam e publicam dados urbanos, constitui, portanto, um ato de poder. Ela define não apenas o que é mostrado, mas o que é possível saber sobre a cidade. O direito informacional à cidade, por sua vez, implica tensionar esses critérios de seleção, questionar hierarquias epistêmicas e desnaturalizar os filtros institucionais que configuram as plataformas públicas. Como enfatiza Harvey (2012), disputar a produção do espaço urbano implica contestar também os instrumentos técnicos, discursivos e institucionais que o tornam inteligível, uma vez que esses instrumentos participam da reprodução das lógicas de acumulação e controle que moldam a cidade contemporânea.

## 6 Reapropriação cidadã e comuns informacionais

A análise crítica do BHMaps revelou uma infraestrutura sólida de disponibilização de dados urbanos, articulada a uma política municipal de transparência e modernização da gestão pública. No entanto, essa abertura informacional, por si só, não garante a democratização do espaço urbano, tampouco assegura o direito informacional à cidade em sua plenitude. Como argumenta Brenner (2014), as tecnologias urbanas são incorporadas a formas historicamente constituídas de poder, e sua apropriação crítica requer rupturas epistemológicas e institucionais que ultrapassem o tecnicismo administrativo. A centralização da curadoria, a opacidade dos critérios de atualização e a ausência de participação revelam que o BHMaps ainda opera sob uma racionalidade técnico-burocrática, e não sob a produção coletiva do urbano.

A análise do BHMaps revela também uma dimensão significativa de autonomia tecnológica no contexto das infraestruturas digitais públicas brasileiras. Desenvolvido pela Prodabel, empresa pública de tecnologia da Prefeitura de Belo Horizonte, o sistema opera sobre o SISCTM (Sistema de Cadastro Técnico Multifinalitário), cuja arquitetura e manutenção são realizadas internamente, sem dependência de softwares proprietários ou plataformas externas. Essa condição confere ao BHMaps um caráter singular de soberania técnica e cognitiva, permitindo que o poder público detenha o controle local sobre os dados e sobre as formas de representação do território. Contudo, mesmo sustentado por uma infraestrutura pública e autônoma, o sistema permanece atravessado por racionalidades tecnocráticas que tendem a reproduzir hierarquias de saber e limitar a participação cidadã. O desafio, portanto, consiste em transformar essa capacidade tecnológica em práxis informacional coletiva, orientada pela coprodução do conhecimento e por um multilateralismo tecnológico comprometido com a justiça informacional e a democratização do urbano.

Desse modo, a plataforma reproduz o que Swyngedouw (2011) descreve como urbanização pós-política: um regime que simula abertura e participação, mas neutraliza o dissenso e converte o espaço urbano em painel gerencial de consensos aparentes. No BHMaps, não há lugar para o conflito, o incômodo ou o outro urbano; trata-se de um território “limpo”, ortogonal e funcional, moldado por uma lógica de governança que privilegia a estabilidade informacional sobre a pluralidade da experiência. Ainda assim, as fissuras existem: é na crítica que as brechas se tornam visíveis e politicamente férteis. Reconhecer essas fissuras é o primeiro passo para reimaginar o BHMaps não como instrumento técnico de gestão, mas como um comum urbano digital, um espaço informacional partilhado, aberto à coprodução e à contestação cidadã. Se o poder informacional tende à concentração, a democratização desse poder exige sua redistribuição por meio de práticas coletivas de produção e curadoria de dados. A ideia de comuns informacionais, derivada da teoria dos comuns desenvolvida por autores como Harvey (2012) e Stavrides (2016), oferece esse horizonte: compreender a informação como bem comum urbano, cuja gestão deve ser cooperativa, transparente e inclusiva.

A reapropriação cidadã da informação urbana manifesta-se em múltiplas escalas e práticas: desde mapeamentos colaborativos e cartografias afetivas até plataformas de ciência cidadã, dados comunitários e observatórios urbanos participativos. Essas experiências contestam a centralização estatal ou corporativa da informação, propondo modelos distribuídos de produção e gestão do conhecimento territorial. Experiências como o Humanitarian OpenStreetMap Team (2003), o Mapa de Cuidados y Asistencias (Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, n.d.) e o Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2023) demonstram que as plataformas podem ser reapropriadas como instrumentos de solidariedade e visibilidade de grupos subalternizados. Nesses casos, o ato de mapear é também um ato político de reivindicação espacial e informacional, um gesto de autorreconhecimento coletivo.

Nesse sentido, o conceito de direito informacional à cidade aproxima-se da noção de direito à diferença de Lefebvre (1968): o direito de não ser reduzido à homogeneidade das bases de dados, o direito de inscrever outras narrativas, geografias e temporalidades no espaço digital urbano. Como destaca Wilson (2017), pensar criticamente os sistemas de informação geográfica implica interrogar suas ausências e excessos, reconhecendo o potencial insurgente das práticas de contra mapeamento. Essas práticas, quando articuladas em rede e voltadas ao interesse público, constituem os comuns informacionais urbanos, entendidos como infraestruturas partilhadas de produção de saberes e visibilidades.

No entanto, a utopia desses comuns não se confunde com a ideia de “dados abertos”: ela vai além, propondo a coautoria cidadã na produção da informação, uma pedagogia coletiva da leitura territorial e uma governança cooperativa das plataformas

públicas. Sendo assim, o direito informacional à cidade não propõe um novo modelo de gestão, mas uma leitura crítica das infraestruturas digitais como arenas de disputa, onde o comum não é dado, mas continuamente produzido.

## 7 O papel das políticas públicas na governança informacional

O avanço das infraestruturas digitais nas administrações públicas brasileiras foi acompanhado por um conjunto de políticas e marcos legais que buscaram estruturar o regime de dados e transparência. A Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011), a Política de Dados Abertos, decreto n.º 8.777/2016 (Brasil, 2016) e a Estratégia de Governo Digital (Brasil, 2020) introduziram novas exigências de abertura, interoperabilidade e mecanismos de transparência e responsabilização democrática

Porém, a transição digital da administração pública municipal, observada de perto pela autora, mostrou que a normatividade legal é frequentemente limitada pela infraestrutura técnica e pela cultura organizacional. A ideia de “abrir dados” depende de equipes, processos e sistemas capazes de garantir a qualidade, atualização e contextualização das informações.

Essas limitações revelam que a democratização da informação urbana não é apenas um problema técnico, mas político e institucional. Ela exige repensar a própria forma de gestão dos sistemas, reconhecendo que a curadoria de dados é também uma política pública. Sendo assim, o desafio é construir estruturas institucionais flexíveis e transparentes que garantam a manutenção e a abertura dos dados sem reproduzir hierarquias tecnocráticas. Isso implica criar mecanismos de participação contínua na definição de prioridades informacionais, bem como espaços de mediação e tradução entre saberes técnicos e saberes locais.

## 8 Considerações finais

O presente ensaio procurou delinear o direito informacional à cidade como uma categoria política e teórica que amplia o debate sobre o direito à cidade na era digital. A partir de uma leitura crítica e situada, argumentou-se que as plataformas públicas de dados exemplificadas aqui pelo BHMaps, condensam tanto o potencial emancipador da transparência quanto os limites impostos pela centralização do poder informacional. As reflexões aqui desenvolvidas apontam para a necessidade de repensar a informação como infraestrutura política, e não apenas técnica. A informação urbana, como o espaço urbano em Lefebvre, é produzida socialmente e deve ser objeto de disputa, negociação e imaginação coletiva.

O direito informacional à cidade não se realiza apenas no acesso aos dados, mas na capacidade de coproduzi-los, interpretá-los e ressignificá-los. Trata-se de um direito insurgente, orientado pela crítica às hierarquias de saber e pelo desejo de um urbano cooperativo. Reafirma-se, assim, que o desafio contemporâneo não é apenas abrir os dados, mas abrir o processo de produção do conhecimento urbano, reconhecendo o papel político dos mapas, das bases e das plataformas.

Essa transformação, no entanto, não se reduz a ajustes de gestão. Requer conflito, negociação e experimentação institucional. Um comum urbano digital não nasce do consenso, mas da disputa pela legitimidade de produzir e compartilhar o conhecimento territorial. Sua construção depende de abrir fissuras no próprio aparelho técnico-burocrático que o sustenta, criando zonas de tradução entre saberes locais, científicos e administrativos. Como nos lembra Lefebvre, o direito à cidade é o direito à invenção contínua da vida urbana e, hoje, isso inclui o direito de inventar o próprio espaço informacional que a sustenta. A democratização das infraestruturas digitais exige reconhecer o conflito como dimensão produtiva e compreender a informação como campo de negociação permanente entre instituições, comunidades e tecnologias. Transformar plataformas como o BHMaps em espaços de práxis coletiva implica criar condições para que o diálogo entre saberes técnicos e cotidianos se torne motor de experimentação política e de reinvenção democrática do urbano.

## Referências

Batty, M. (2024). *The Computable City: Histories, Technologies, Stories, Predictions*. Cambridge, MA: MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/14099.001.0001>

- Brenner, N. (2009). What is Critical Urban Theory? *City*, 13(2–3), 198–207. <https://doi.org/10.1080/13604810902996466>
- Brenner, N. (2014). Urban theory without an outside. In N. Brenner (Ed.), *Implosions/explosions: Towards a study of planetary urbanization* (pp. 15–29). Harvard Graduate School of Design. <https://doi.org/10.1515/9783868598933-002>
- Brasil. (2011). *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011: Dispõe sobre o acesso a informações*. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)
- Brasil. (2016). *Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016: Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal*. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8777.htm)
- Brasil. (2020). *Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020: Institui a Estratégia de Governo Digital para o período de 2020 a 2022*. Diário Oficial da União. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10332.htm)
- Crampton, J. W. (2010). *Mapping: A Critical Introduction to Cartography and GIS*. Wiley-Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781444317411>
- Elwood, S. (2006). Critical Issues in Participatory GIS: Deconstructions, Reconstructions, and New Research Directions. *Transactions in GIS*, 10(5), 693–708. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9671.2006.01023.x>
- Graham, M., & Dittus, M. (2022). *Geographies of Digital Exclusion: Data and Inequality*. Pluto Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctv272452n>
- Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires. (n.d.). *Mapa de cuidados y asistencias*. <https://buenosaires.gob.ar/vicejefatura/cultura-ciudadana-y-responsabilidad-social/mujer/mapa-de-cuidados>
- Harvey, D. (2012). *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. Verso.
- Humanitarian OpenStreetMap Team. (2023). *Humanitarian OpenStreetMap Team*. <https://www.hotosm.org/>
- Kitchin, R., & Dodge, M. (2011). *Code/Space: Software and Everyday Life*. MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262042482.001.0001>
- Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville*. Anthropos.
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Anthropos.
- Luque-Ayala, A., & Marvin, S. (2020). *Urban Operating Systems: Producing the Computational City*. MIT Press. <https://doi.org/10.7551/mitpress/10869.001.0001>
- Mattern, S. (2017). *Code and Clay, Data and Dirt: Five Thousand Years of Urban Media*. University of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/minnesota/9781517902438.001.0001>
- Morozov, E. (2013). *To Save Everything, Click Here: The Folly of Technological Solutionism*. PublicAffairs.
- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br. (2025). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024* [Livro eletrônico]. Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic\\_domicilios\\_2024\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20250512120132/tic_domicilios_2024_livro_eletronico.pdf)
- Prefeitura de Belo Horizonte. (n.d.). *BHMaps: Plataforma de geoinformação urbana*. <https://bhmap.pbh.gov.br>
- Rede Nossa São Paulo. (2023). *Mapa da Desigualdade 2023*. Rede Nossa São Paulo. Retrieved from <https://nossasaopaulo.org.br/category/mapa-da-desigualdade>
- Shaw, J., & Graham, M. (2017). An informational right to the city? Code, content, control, and the urbanization of information. *Antipode*, 49(4), 907–927. <https://doi.org/10.1111/anti.12312>
- Stavrides, S. (2016). *Common Space: The City as Commons*. Zed Books. <https://doi.org/10.1177/0042098017713556>

Swyngedouw, E. (2011). Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, 30(7), 370–380. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2011.08.001>

Tonucci Filho, J. B. M., & Cruz, M. de M. (2023). O comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 25(1), 1–16. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p487>

Wood, D. *The Power of Maps*. Guilford Press, 1992.

Wilson, M. (2017). *New Lines: Critical GIS and the Trouble of the Map*. University of Minnesota Press. <https://doi.org/10.5749/minnesota/9780816698523.001.0001>